



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**  
Diretoria de Urbanização  
Departamento de Parques e Jardins

Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DU/DPJ

TERMO DE REFERÊNCIA  
**(À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016)**

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA			
<b>OBJETO:</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRITURAÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE ORIGEM VEGETAL GERADOS EM AMBIENTE URBANO NOS ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO		
<b>NÚMERO DO PROCESSO:</b>	00112-00025752/2022-67		
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO
R03	4º versão	05/07/2023	Luiza Fernandes Gomes Monteiro

**1. INTRODUÇÃO**

O presente documento refere-se ao Termo de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) na realização dos serviços de coleta, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal depositados em área verde pública urbana no âmbito do Distrito Federal, através do sistema de registro de preço por pregão eletrônico no âmbito do Distrito Federal por pregão eletrônico, para atendimento às demandas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Este documento apresenta as disposições a serem seguidas no processo licitatório e no referido pregão eletrônico.

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei Nº 13.303 de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, ao Decreto Distrital Nº 37.967 de 20/01/2017 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

**2. OBJETO**

Contratação de Empresa especializada na Realização dos Serviços de Coleta, trituração e Transporte de Resíduos de origem vegetal depositados em área verde pública urbana, no âmbito do Distrito Federal, através do Sistema de Registro de Preços, nos moldes especificados no presente Termo de Referência por pregão eletrônico, para atendimento às demandas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

**3. JUSTIFICATIVA**

3.1. A NOVACAP, por meio do Departamento de Parques e Jardins - DPJ é responsável pela implantação e manutenção das áreas verdes públicas do Distrito Federal desde a década de 1960. Com mais de 5.000.000 (cinco milhões) de árvores, arbustos e palmeiras em todo DF, faz-se necessário um grande esforço para consolidar a manutenção dessa população arbórea por meio de novas implantações, intervenções arbóreas, controle fitossanitário, replantio e outras práticas. A execução de tal manutenção gera resíduos de origem vegetal, os que são recolhidos pelas empresas terceirizadas contratadas para executarem aqueles serviços.

3.2. Apesar das instabilidades orçamentárias e do envelhecimento de sua mão de obra, a NOVACAP vem, ao longo dos anos, promovendo a manutenção da arborização das áreas verdes, parques, jardins e vias em todo o Distrito Federal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de toda a população do Distrito Federal.

3.3. Ocorre que infelizmente nos últimos anos foi observado acúmulo de resíduo vegetal em área verde pública originários de duas situações tanto: de causas naturais, quando galhos e folhas caem naturalmente como, a mais comum e observada, resíduos gerados através de intervenção vegetal executada por terceiros e depositados em local totalmente inapropriado. A deposição do desse resíduo em local inapropriado propicia também a deposição de resíduos domésticos, entulho e lixo, favorecendo a proliferação de vetores de diferentes tipos de doenças.

3.4. Tendo em vista a extrema dificuldade de identificação do agente gerador desse resíduo posto em local indevido e devido a necessidade de manter a limpeza, em dia, nas vias e logradouros públicos é indispensável a contratação de empresa especializada no recolhimento e trituração dos resíduos de origem vegetal afim de dirimir as consequências decorrentes do acúmulo deste resíduo.

3.5. Aliados aos esforços do Governo do Distrito Federal de se criar uma solução para a destinação correta dos resíduos, há a necessidade de uma política integrada com os administradores regionais e órgãos de fiscalização, visando a melhor forma de se operacionalizar a atividade, inclusive constatando-se a necessidade em se promover uma ampla campanha de conscientização da população quanto à correta deposição deste material.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO

O quadro resumo abaixo apresenta as principais características do Procedimento Licitatório e da Contratação:

<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada na realização dos serviços de coleta, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal depositados em área verde pública urbana, no âmbito do Distrito Federal, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP por pregão eletrônico, para atendimento às demandas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.				
De natureza comum	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
De prestação continuada	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
Eminentemente intelectual	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
Possui inovação tecnológica ou técnica	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
De Tecnologia da informação	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
Possui mão de obra exclusiva	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:				
1. o objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata de prestação de serviço de coleta, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;				
2. o objeto da presente contratação é de natureza continuada, visto que o objeto será contratado para atendimento de serviço essencial;				
3. o objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de contratação de serviço de coleta, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal gerados em ambiente urbano;				
4. não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.				

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	Sim
Definida	Não
<b>JUSTIFICATIVA:</b> A demanda é estimada pelos setores da Novacap que executam/fiscalizam o referido serviço, uma vez que o serviço objeto da contratação é produzido por terceiros e, portanto, de impossível definição.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM	X	NÃO	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> O objeto está parcelado em 6 (seis) lotes, assim distribuídos: <b>Lotes 01, 03 e 05 - destinados à Cota Principal</b> , ampla concorrência e <b>Lote 02, 04 e 06 - destinados Cota Reservada para empresas de pequeno porte</b> . Tendo em vista que o objeto em questão é divisível, foi proposto o parcelamento em seis lotes, sendo três destes reservados à pequenas empresas e os outros três à ampla concorrência, atendendo o disposto no inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 26 da Lei Distrital nº 4611/2011 e com o artigo 8º do Decreto Distrital nº 35.592, abrindo a possibilidade de contratação de mais de uma empresa, procurando-se evitar que a Administração Pública fique sujeita a um único contratado.				

MODALIDADE	
Procedimento Licitatório Eletrônico	
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	X
Pregão Presencial	
Dispensa de Licitação	
Inexigibilidade de Licitação	

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Não será permitida a participação de consórcio tendo em vista que os serviços são indissociáveis e carecem de prestação simultânea. Apesar de tratar-se de três serviços: recolhimento, trituração e transporte, estes são executados de forma dinâmica, a equipe ao chegar na área faz o recolhimento do resíduo vegetal e já o coloca para trituração. O triturador é engatado à um caminhão basculante que uma vez cheio se direcionará ao Viveiro e outro tomará o seu lugar para dar prosseguimento a execução do serviço, portanto, não há a possibilidade de consórcio para a execução do objeto do presente Termo de Referência.				

<b>PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Não será permitida a contratação de cooperativa, visto que a natureza do objeto a ser contratado e o modo como este é executado no mercado em geral implica em subordinação entre o empregado e a CONTRATADA.				

<b>SUBCONTRATAÇÃO</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Será permitida a subcontratação do Sistema de pesagem embarcada, do Sistema de Gerenciamento de Frota e pacote de dados para telefone.				

<b>LOTE 01</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
	<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
<b>LOTE 02</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
	<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
<b>LOTE 03</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
	<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
<b>LOTE 04</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
	<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
<b>LOTE 05</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
	<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
<b>LOTE 06</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
	<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EPP</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Nos lotes 01, 03 e 05 (Cota Principal) não haverá restrição à participação de pequenas empresas, conforme prevê a legislação, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital. Os Lotes 02, 04 e 06 (Cota Reservada para empresas de pequeno porte) é destinado à participação de empresas de pequeno porte, visando atender o disposto no inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 26 da Lei Distrital nº 4611/2011 e com o artigo 8º do Decreto Distrital nº 35.592/2014.					

LOTES	VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO	% DO VALOR DO LOTE EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL
	Conforme Composição R\$ 15.722.507,66	
LOTE 01	R\$ 5.610.493,51	35,68%
LOTE 02	R\$ 1.377.998,55	8,76%
LOTE 03	R\$ 3.480.190,92	22,13%
LOTE 04	R\$ 829.421,56	5,27%
LOTE 05	R\$ 3.575.849,78	22,74%
LOTE 06	R\$ 848.553,34	5,39%
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.		

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço (por lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	

Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Quando for possível estabelecer de forma objetiva as especificações do objeto e a seleção da melhor proposta recair no proponente que, atendidas as especificações, garantir o menor dispêndio para a Companhia utiliza-se o menor preço como critério de julgamento.	

4.6. Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

4.6.1. O objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata de prestação de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;

4.6.2. O objeto da presente contratação é de natureza continuada, visto que o objeto será contratado para atendimento de serviço essencial;

4.6.3. O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de contratação de serviço de coleta, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal;

4.6.4. Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva;

4.6.5. A demanda foi estimada pelos setores da Novacap que executam/fiscalizam o referido serviço, tendo em vista que o serviço trata-se de recolhimento de resíduos de origem vegetal produzidos por terceiros de impossível definição.

4.6.6. O objeto está parcelado em 6 (seis) lotes, assim distribuídos: **Lotes 01, 03 e 05 - destinados à Cota Principal**, e **Lote 02, 04 e 06 - destinados Cota Reservada para empresas de pequeno porte**. Tendo em vista que o objeto em questão é divisível, foi proposto o parcelamento em seis lotes, sendo três destes reservados à pequenas empresas e os outros três à ampla concorrência, atendendo o disposto no inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 26 da Lei Distrital nº 4611/2011 e com o artigo 8º do Decreto Distrital nº 35.592, abrindo a possibilidade de contratação de mais de uma empresa, procurando-se evitar que a Administração Pública fique sujeita a um único contratado.

4.6.7. A licitação se dará por Pregão Eletrônico o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, Lei nº 10.520/2002; o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e as disposições deste documento e do Edital.

4.6.8. Serão obedecidas as disposições dos Art. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

4.6.9. Não será permitida a participação de consórcio tendo em vista que os serviços são indissociáveis e que carecem de prestação simultânea .

4.6.10. Não será permitida a contratação de cooperativa, visto que a natureza do objeto a ser contratado e o modo como este é executado no mercado em geral implica em subordinação entre o empregado e a CONTRATADA.

4.6.11. **Nos lotes 01, 03 e 05 (Cota Principal)** não haverá restrição à participação de pequenas empresas, conforme prevê a legislação, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital. Os Lotes 02, 04 e 06 (Cota Reservada para empresas de pequeno porte) é destinado à participação de empresas de pequeno porte, visando atender o disposto no inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o Art. 26 da Lei Distrital nº 4611/2011 e com o artigo 8º do Decreto Distrital nº 35.592/2014

4.6.12. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 15.722.507,64** sendo: Lote 01: R\$5.610.493,51; Lote 02: R\$ 1.377.998,55; Lote 03: R\$ 3.480.190,92; R\$ 829.421,56; Lote 05: R\$3.575.849,78; Lote 06: R\$848.553,34.

4.6.13. O orçamento não sigiloso tem previsão no Art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece que *“O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.”* Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.

4.6.14. O modo de disputa será aberto, mediante a apresentação de lances públicos e sucessivos, objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.

4.6.15. O critério de julgamento da Licitação será o de menor preço (por lote), visto que a qualidade do serviço a ser prestado pela(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) está garantida no Item 17 "Índice de Medição de Resultado" desse Termo de Referência. O não atendimento da totalidade ou de parte desse item implicará na recusa ou glosa no pagamento do serviço, não acarretando qualquer tipo de ônus para a NOVACAP, portanto entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço é o mais adequado.

## 5. FUNDAMENTO LEGAL

A execução do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto na seguinte legislação:

1. Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);
2. Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
3. Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão);
4. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);
5. Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);
6. Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
7. Lei nº 9.069/1995 (Art. 28 - Reajuste anual);
8. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
9. Decreto nº 8.945/2016 (Dispõe, no âmbito federal, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);
10. Decreto nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços);
11. Lei Distrital nº 4.611/2011 (Dispõe sobre tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
12. Decreto Distrital nº 35.592/2014 (Regulamenta tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
13. Decreto Distrital nº 37.967/2017 (Dispõe, no âmbito distrital, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);
14. Acórdão 1502/2018 Plenário TCU (divulgação obrigatória do orçamento de referência);
15. Acórdão 19/2017 Plenário TCU (Utilização Orçamento Estimativo como marco inicial para reajustamento);
16. Decisão Normativa nº 02/2012 TCDF (Regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros);
17. Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (RLC);
18. Instrução Normativa de Reequilíbrio 367/2020 (109524969);
19. Instrução Normativa de Atestado de Capacidade Técnica (109524585);
20. Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
21. Lei Complementar nº 147/2017 (Altera Lei Complementar nº 123/2006);
22. Lei Complementar nº 155/2016 (Altera Lei Complementar nº 123/2006);
23. Lei Distrital nº 6.112/2018 (Dispões sobre a implementação de Programa de Integridade);
24. Decreto Distrital nº 32.598/2010 (Aprova as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal);
25. Decreto Distrital nº 40.388/2020 (Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade);
26. Decisão Normativa nº 02/2012 do TCDF (Regra do Parcelamento do objeto e da subcontratação);

27. Decisão do TCDF nº 1.755/2017 TCDF (Admite o somatório de atestados de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos para habilitação técnica);

## 6. DEFINIÇÕES E SIGLAS

6.1. São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência:

**BDI:** percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO:** detalhamento do preço unitário do item, expressando a descrição, coeficientes de consumo, custos unitários dos materiais e serviços associados (frete), impostos e BDI relativos à execução de uma unidade de medida.

**CONTRATADA:** é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

**CONTRATANTE:** é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

**CUSTO UNITÁRIO:** custo para execução de uma unidade de medida do item previsto.

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO:** declaração emitida pela PROPONENTE de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:** são as especificações técnicas do material a ser fornecido pela empresa contratada.

**EXECUÇÃO INDIRETA:** contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

**FISCAL DO CONTRATO:** empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a ser adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pela CONTRATADA.

**FISCALIZAÇÃO:** é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**GESTOR DO CONTRATO:** empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, considerando o que prevê o instrumento e as normas internas da NOVACAP.

**IMR:** Índice de Medição de Resultado.

**PREÇO UNITÁRIO:** preço referente a uma unidade de medida do item previsto. É igual ao custo unitário acrescido do valor de BDI considerado para o item.

**PREPOSTO:** pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** é a comprovação de experiência na execução do objeto em questão.

**REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:** é o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020.

6.2. SIGLAS:

**ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**BDI:** Benefícios e Despesas Indiretas.

**NOVACAP:** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

## 7. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, DOS VALORES E DO SERVIÇO



7.3. A demanda estimada para cada lote está disposta na tabela abaixo, informando da participação, das Regiões Administrativas contempladas e a massa de resíduo de origem vegetal, em toneladas, a ser recolhido, coletado e triturado.

DISPOSIÇÃO DOS LOTES - 2023		
Lote	Regiões Administrativas	Resíduo de origem vegetal a ser coletado, transportado e triturado (toneladas)
1 Ampla concorrência	Plano Piloto; Cruzeiro; Octogonal/Sudoeste; SAAN/SIA; Lago Norte e Varjão.	690
2 Pequena Empresa	Plano Piloto; Cruzeiro; Octogonal/Sudoeste; SAAN/SIA; Lago Norte e Varjão.	140
3 Ampla concorrência	Guará; Arniqueiras; Águas Claras; Park Way; Núcleo Bandeirante; Candangolândia; SCIA/Estrutural; Vicente Pires; Riacho Fundo I; Sobradinho; Sobradinho II, Fercal; Planaltina, Arapoanga; Paranoá e Itapoã	500
4 Pequena Empresa	Guará; Arniqueiras; Águas Claras; Park Way; Núcleo Bandeirante; Candangolândia; SCIA/Estrutural; Vicente Pires; Riacho Fundo I; Sobradinho; Sobradinho II, Fercal; Planaltina, Arapoanga; Paranoá e Itapoã	100
5 Ampla concorrência	Lago Sul; Jardim Botânico; São Sebastião, Brazlândia; Ceilândia; Taguatinga; Sol Nascente/ Por do Sol; Gama; Santa Maria; Recanto das Emas; Água Quente; Samambaia e Riacho Fundo II	500
6 Pequena Empresa	Lago Sul; Jardim Botânico; São Sebastião, Brazlândia; Ceilândia; Taguatinga; Sol Nascente/ Por do Sol; Gama; Santa Maria; Recanto das Emas; Samambaia e Riacho Fundo II	100

7.4. Os lotes destinados à ampla concorrência e a pequena empresa deverão ser compostos, no mínimo, pela equipe demonstrada na tabela abaixo, seguindo as especificações descritas no item 7.5 "ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS":

Lote	Equipamentos	Quantidade	Lote	Equipamentos	Quantidade
1	Caminhão basculante trucado com guindalto, motorista, Sistema de pesagem embarcada e Sistema de Gerenciamento de Frota	8	2	Caminhão basculante trucado com guindalto, motorista, Sistema de pesagem embarcada e Sistema de Gerenciamento de Frota	4
	Triturador com operador	4		Triturador com operador	2
	Veículo leve	1		Veículo leve	1
	Adesivo magnético	26		Adesivo magnético	14
	Cone	16		Cone	8

	Aparelho telefônico	1		Aparelho telefônico	1
	Pacote de dados para telefone	1		Pacote de dados para telefone	1
	Uniforme	33		Uniforme	17
	Servente	12		Servente	6
	Encarregado geral	1		Encarregado geral	1


Lote	Equipamentos	Quantidade	Lote	Equipamentos	Quantidade
3	Caminhão basculante trucado com guindalto, motorista, Sistema de pesagem embarcada e Sistema de Gerenciamento de Frota	6	4	Caminhão basculante trucado com guindalto, motorista, Sistema de pesagem embarcada e Sistema de Gerenciamento de Frota	2
	Triturador com operador	3		Triturador com operador	1
	Veículo leve	1		Veículo leve	1
	Adesivo magnético	20		Adesivo magnético	8
	Cone	12		Cone	4
	Aparelho telefônico	1		Aparelho telefônico	1
	Pacote de dados para telefone	1		Pacote de dados para telefone	1
	Uniforme	25		Uniforme	9
	Servente	9		Servente	3
	Encarregado geral	1		Encarregado geral	1

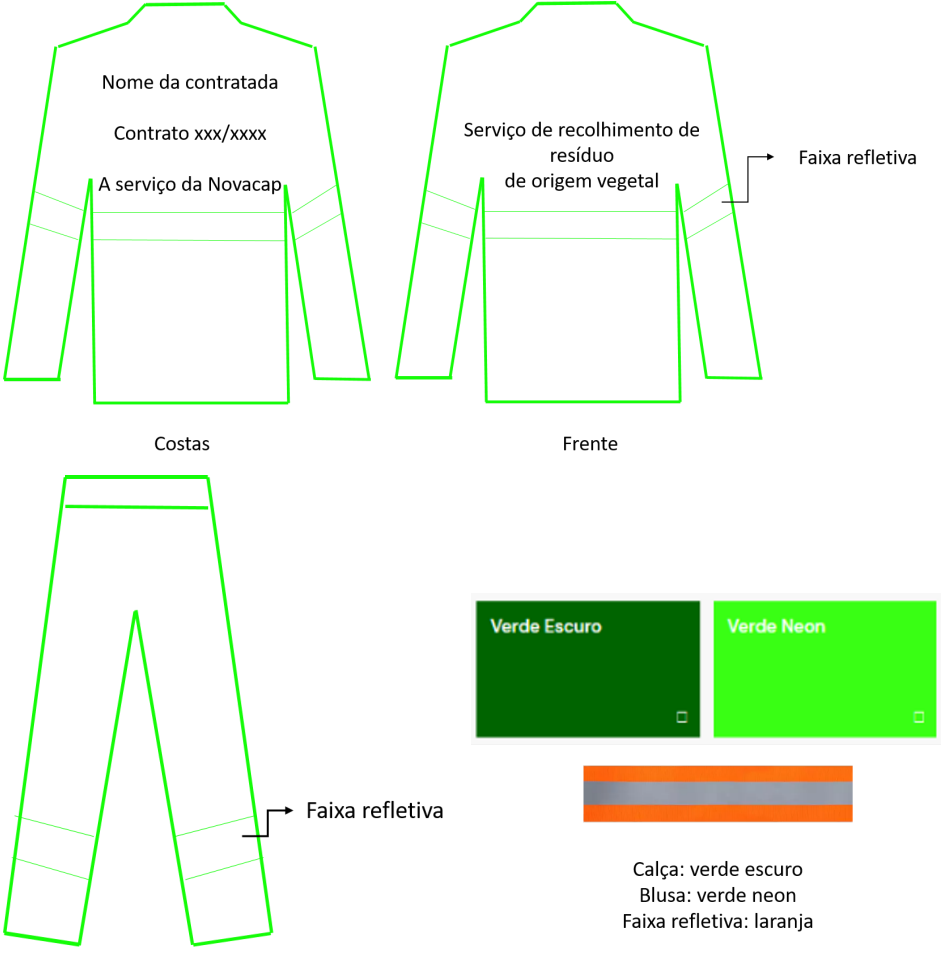
Lote	Equipamentos	Quantidade	Lote	Equipamentos	Quantidade
5	Caminhão basculante trucado com guindalto, motorista, Sistema de pesagem embarcada e Sistema de Gerenciamento de Frota	6	6	Caminhão basculante trucado com guindalto, motorista, Sistema de pesagem embarcada e Sistema de Gerenciamento de Frota	2
	Triturador com operador	3		Triturador com operador	1

	Veículo leve	1		Veículo leve	1
	Adesivo magnético	20		Adesivo magnético	8
	Cone	12		Cone	4
	Aparelho telefônico	1		Aparelho telefônico	1
	Pacote de dados para telefone	1		Pacote de dados para telefone	1
	Uniforme	25		Uniforme	9
	Servente	9		Servente	3
	Encarregado geral	1		Encarregado geral	1

7.5. **ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS EXIGIDAS**

ITEM		ESPECIFICAÇÃO
1	Caminhão basculante trucado com guindalto e motorista	A capacidade mínima dos caminhões basculantes deve ser de 14 m³, 188 kW (252,11 hp) e guindalto com capacidade de 10 toneladas por metro.
1.1	Sistema de pesagem embarcada	<p>Sistema onde a pesagem é feita diretamente nas carrocerias dos caminhões, o qual possibilita a aferição da massa do material transportado a qualquer momento. O Sistema deverá, no mínimo, armazenar as pesagens juntamente com a localização do veículo no momento da aferição em um banco de dados onde a contratante terá acesso e ainda deverá imprimir ticket de pesagem com as seguintes informações: Nome da empresa, lote, número do contrato, peso líquido (material triturado), data, hora e localização.</p> <p>CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO SISTEMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicador digital microprocessado.</li> <li>- Com alimentação 12 ou 24 Volts através da bateria do veículo rodoviário. Instalado na cabine do veículo;</li> <li>- Capacidade mínima total (tara + carga líquida): 40.000 Kg;</li> <li>- Divisão mínima: 10 Kg.</li> <li>- 04 (quatro) Células de carga, tipo flexão com blindagem, desenvolvidas especialmente para esta aplicação, capacidade máxima unitária 20.000 kg;</li> <li>- 04 (quatro) Conjuntos de Suportes Mecânicos para instalação das células de carga;</li> <li>- 01 (um) Conjunto de Parafusos porcas e arruelas para fixação dos suportes no veículo rodoviário;</li> <li>- 15 (quinze) Metros de cabo no mínimo;</li> <li>- 01 (uma) Caixa de junção para interligação dos cabos das células de carga;</li> <li>- 01 (um) Indicador digital com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Display, se possível colorido;</li> <li>- Impressão de etiquetas de pesagem através de uma impressora acoplada ou não ao equipamento.</li> </ul> </li> </ul>

1.2	Sistema de Gerenciamento de frota	<p>Sistema que permita a visualização da localização dos caminhões basculante em tempo real, quando houver necessidade, e ainda a visualização de todas as rotas de todos os caminhões em todos os dias de serviço, com isso, ressalta-se que as rotas devem ficar armazenadas de forma ilimitada para acesso da contratante a qualquer momento.</p> <p>Dispositivos capazes de coletar dados "em tempo real" do veículo, tais como: velocidade, paradas, entre outros.</p> <p>Unidade de controle telemático (TCU) para processamento e transmissão dos dados coletados para um servidor remoto ou um aplicativo móvel.</p> <p>A transmissão deverá utilizar sistema multi-operadora de modo a minimizar o impacto da falta de comunicação em regiões com pouco sinal de GSM.</p> <p>Servidor remoto que, acumule as informações coletadas por no mínimo 5 anos e permita acesso aos usuários das informações coletadas pelo sistema de telemetria veicular.</p> <p>Painel de controle (software) que permita a visualização, análise, inserção e extração de informações coletadas pela telemetria veicular, em tempo real, tais como: histórico de trajetos percorridos, controle de Km rodado, tempo de condução, tempo ligado e ocioso, endereços percorridos e pontos de paragem, cercas eletrônicas, identificação do condutor, inserção de texto/imagens por parte do condutor, relatórios sobre todos os tópicos mencionados anteriormente, etc.</p> <p>Se possível, aplicativo móvel com as mesmas funcionalidades do Painel de Controle.</p>
2	Triturador	Trituradora de galhos e troncos rebocável com capacidade de triturar elementos de até 350 mm de diâmetro com guincho e potência de 96,94 kW (129,99 hp)
3	Veículo leve	Potência mínima de 53 kW (71,07 hp/72,06 cv) com itens e acessórios básicos
4	Adesivo magnético	<p>Deverão ser fixados 2 adesivos em cada veículo/máquina/equipamento, um em cada lateral. Todos os veículos - caminhão basculante, basculante com garra, mini carregadeira, triturador e veículo leve - deverão utilizar adesivo magnético com o fundo na cor azul (tonalidade utilizada pela Companhia) no tamanho de 30 cm x 25 cm, as letras deverão ser na cor branca, sendo que a altura da letra do prefixo deverá ter no mínimo 15cm e a altura da letra do contrato no mínimo 08cm, além disso o adesivo deverá informar a placa do veículo, o número do contrato, o dizer: “ a serviço da Novacap” e um QR code, conforme imagem abaixo. Os dados constantes no QR-CODE serão fornecidos pela NOVACAP após a Contratação. O Adesivo magnético deverá ser utilizado apenas quando em trabalho a serviço da Novacap. Caso seja identificado uso do Adesivo em trabalho que não seja a serviço da Novacap, a contratada estará sujeita à sanções legais.</p> 

5	Cone	Cone de sinalização.
6	Aparelho telefônico	Aparelho Celular "Smartphone"; tela mínima de 5,5 polegadas; dual Chip; Android 8.1 ou superior; processador Octa-Core; 3GB de memória RAM; 256 GB de memória interna; câmera com resolução mínima de 13 megapixels; tecnologia 4G LTE e com o App GPS Map Camera devidamente licenciado na loja Play Store.
7	Pacote de dados para telefone	Mínimo 500 minutos para ligações locais para outras operadoras e telefones fixos no Distrito Federal - DF; pacote de dados com no mínimo de 10 GB de franquia de internet e uso do aplicativo WhatsApp ilimitado.
8	Uniforme	<p><b>TODOS</b> os empregados da(s) contratada(s) deverão estar devidamente uniformizados na cor e modelo apresentado a seguir e com serigrafia indicando tratar-se de serviço de recolhimento de resíduo de origem vegetal. A cor e modelo de uniforme será igual para todas as contratadas, uma vez que haverá a indicação do nome da contratada e o número do contrato no próprio uniforme.</p>  <p>Costas</p> <p>Frente</p> <p>Faixa refletiva</p> <p>Verde Escuro</p> <p>Verde Neon</p> <p>Faixa refletiva</p> <p>Calça: verde escuro Blusa: verde neon Faixa refletiva: laranja</p>

9	Encarregado	Profissional Técnico em Agropecuária/Agrícola ou com formação na área florestal, que participará da execução do contrato, podendo ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, <b>após aprovação pela NOVACAP.</b>
---	-------------	--

- 7.5.1. A manutenção de todos os veículos e equipamentos requisitados serão de responsabilidade da contratada, não gerando nenhuma ônus a Contratante.
- 7.5.2. Não serão aceitos veículos e/ou equipamentos que não possuírem as especificações mínimas constantes no presente Termo de Referência.
- 7.5.3. Só serão aceitos veículos com no máximo 10 (dez) anos de uso.
- 7.5.4. O Encarregado geral ficará responsável por fazer vistorias prévias nos locais indicados no cronograma entregue pela contratante de forma a orientar a equipe de execução das áreas de maior demanda e maior necessidade de ação imediata dentro do cronograma fornecido, bem como auxiliar a contratante em quaisquer outra atividade de coordenação de equipe ou entrega e elaboração de documentação.
- 7.5.5. Caso a LICITANTE saia-se vencedora de mais de um lote, deverá indicar no mínimo 01 (um) encarregado, por lote vencido.
- 7.6. **RESÍDUOS DE ORIGEM VEGETAL A SEREM RECOLHIDOS:**
- 7.7. O resíduo de origem vegetal caracteriza-se por materiais oriundos necessariamente de espécies arbóreas, arbustiva, ornamentais e de cobertura produzido por terceiros e depositados em local inapropriado. Assim especificamos que, necessariamente, o resíduo de origem vegetal é composto por folhas e galhos com no máximo 35 cm de diâmetro.
- 7.8. Não serão recolhidos os resíduos vegetais em quantidade inferior a 1 m<sup>3</sup>. Logo, será responsabilidade do gerador promover a correta destinação ou o transporte dos resíduos até o PONTO DE TRITURAÇÃO que será definido pela NOVACAP e divulgado previamente à execução dos serviços.
- 7.9. A CONTRATADA não poderá recolher resíduos domésticos, entulhos ou qualquer outro tipo de resíduo que não seja de origem vegetal. Uma vez constatado o recolhimento de material indevido haverá glosa no pagamento, conforme item 17 "ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO", devendo a contratada se responsabilizar pela correta destinação do resíduo de origem que não seja vegetal, sem ônus a contratante.
- 7.10. **DA SOLICITAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**
- 7.10.1. A(s) Contratada(s) deverá(ão) disponibilizar telefone de contato, email, whatsapp ou qualquer outro meio de comunicação, visando o atendimento no menor tempo possível a(s) solicitação(ões).
- 7.10.2. A(s) Contratada(s) deverá(ão) designar um responsável (preposto), com poder de decisão, para atender às solicitações e, se for o caso, resolver possíveis problemas operacionais, logísticos e de interpretação.
- 7.10.3. A solicitação da prestação do serviço de recolhimento de resíduo de origem vegetal pela Contratante será feita por meio de contatos formais e/ou mediante comunicação eletrônica entre o Executor do Contrato/Fiscalização, a ser designado pela Contratante, e o preposto da empresa Contratada, informando os locais de recolhimento.
- 7.10.4. A contratante fornecerá o cronograma de execução do serviço de recolhimento de resíduo de origem vegetal semanalmente à contratada.
- 7.10.5. O cronograma de execução poderá ser alterado pela contratante a qualquer momento.
- 7.10.6. A prestação do serviço de recolhimento de resíduo de origem vegetal, atenderá(ão) às demandas, interesses, conveniências e prioridades da NOVACAP e do Governo do Distrito Federal - GDF, limitando-se às poligonais Distrito Federal.
- 7.10.7. A prestação do serviço de recolhimento de resíduo de origem vegetal poderá ser solicitado em um ou mais locais conforme determinação do Executor do Contrato/Fiscalização.
- 7.10.8. O(s) serviço(s) de recolhimento de resíduo de origem vegetal poderá(ão) ser solicitado(s) inclusive em horários noturnos, nos finais de semana, pontos facultativos e feriados, em situações excepcionais.
- 7.10.9. Não serão aceitos resíduos provenientes de áreas não indicadas pela Contratante.
- 7.10.10. A contratante poderá solicitar a pesagem de qualquer caminhão a qualquer momento, mesmo que o caminhão já tenha sido pesado e impresso o ticket de pesagem.

7.10.11. **Anteriormente ao início da execução dos serviços as contratadas deverão apresentar a frota de caminhão basculante para pesagem dos caminhões sem carga nas dependências da Companhia.**

7.11. **DA EXECUÇÃO:**

7.12. De posse do cronograma a Contratada deverá iniciar a execução do serviço.

7.12.1. Triagem: no momento da execução do serviço, a Contratada deverá recolher e triturar APENAS resíduos de origem vegetal.

7.12.2. Caso tenha pontos com resíduos de diferentes naturezas a contratada deverá separar e recolher apenas os resíduos de origem vegetal.

7.12.3. Se identificado o recolhimento de resíduos que não sejam de origem vegetal, haverá glosa no pagamento e a Contratada será responsável pela correta destinação do resíduo sem ônus à Contratante.

7.12.4. A contratante deverá executar o recolhimento, trituração e transporte apenas dos resíduos de origem vegetal seguindo cronograma fornecido pela Contratante e de acordo com a meta estabelecida no presente Termo de Referência.

7.12.5. Trituração: os resíduos de origem vegetal devem ser coletados e triturados *in loco*, uma vez que somente será permitido a entrada no Viveiro II da Novacap de material que já esteja triturado.

7.12.6. Não será permitido trituração de resíduos dentro das dependência do Viveiro II da Novacap.

7.12.7. Ao executar o serviço de recolhimento de resíduos de origem vegetal os funcionários deverão estar devidamente uniformizados e utilizar os sinalizadores e cones de sinalização afim de evitar transtornos no tráfego e prevenir acidentes.

7.12.8. Transporte: o transporte deve ser feito de modo que os resíduos vegetais não caiam na vias e logradouros públicos e/ou em veículos e transeuntes.

7.12.9. Todos os caminhões basculante deverão ser recobertos com lonas protetoras de tal forma a evitar o derramamento de resíduos nas vias públicas.

7.12.10. Caso haja o derramamento de resíduos sólidos, a Contratada deverá recolher imediatamente e colocá-los no caminhão, não a eximindo das sanções previstas neste instrumento.

7.12.11. Quebra de calçada, danos a terceiros e/ ou à equipamentos públicos ou quaisquer outro acidente/incidente durante a execução do serviço contratado são de responsabilidade da contratada, a qual deverá providenciar o reparo ou ressarcimento. Caso a contratante não faça o reparo, a valor correspondente será glosado da fatura.

7.12.12. Destinação: os resíduos triturados deverão ser transportados obrigatoriamente para Viveiro II de Plantas Ornamentais da NOVACAP.

7.12.13. Ao entrar no Viveiro II, na presença de funcionário da Contratante, a contratada deverá imprimir o ticket de pesagem e entregá-lo ao funcionário. A impressão do ticket de pesagem deve ser feito quando o caminhão já estiver nas dependências do Viveiro II e somente sob supervisão de funcionário da Contratante.

7.12.14. A contratante deverá fazer a calibragem da balança embarcada semestralmente

7.12.15. Todo a execução do serviço do recolhimento de resíduos de origem vegetal deverá constar no Relatório Fotográfico e na Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal, uma vez que **estes são parte integrante do processo de pagamento, sendo assim, o pagamento só será realizado mediante apresentação dos referidos documentos:** Relatório Fotográfico e Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal.

7.13. **PÓS- EXECUÇÃO:**

7.14. A Contratada deverá entregar o Relatório Fotográfico e a Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal.

7.14.1. A contratante fiscalizará o cumprimento da execução dos serviços tanto de forma remota, através do sistema que será disponibilizado pela contratada e com as informações advindas do Relatório Fotográfico e da Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal, como *in loco* para atestar o correto recolhimento dos resíduos de origem vegetal.

7.14.2. Sendo constatado pela contratante que a contratada não executou adequadamente o serviço de recolhimento de resíduos de origem vegetal haverá glosa no pagamento.

7.14.3. Das ocorrências não previstas na execução do objeto: Fica estabelecido que o corpo técnico do DPJ/DU, em primeira instância e em segunda instância, e a alta gestão da NOVACAP tomarão as decisões quanto às ocorrências não previstas na execução do objeto, em função de razões meteorológicas, adaptações de técnica e dinâmica em virtude de relevo e/ou interferências na(s) área(s) onde deve ser coletado, transportado e triturado os resíduos de origem vegetal.

7.15. **DO RELATÓRIO FOTOGRÁFICO GEORREFERENCIADO:**

7.15.1. O Relatório fotográfico da Contratada entregue a Contratante deverá conter o início, meio e fim da execução do serviço de recolhimento, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal e também será utilizado como meio de constatação do padrão de qualidade.

7.15.2. A CONTRATADA deverá registrar diariamente os procedimentos de execução dos serviços de COLETA, TRITURAÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE ORIGEM VEGETAL GERADOS EM AMBIENTE URBANO no Relatório Fotográfico Diário de Trituração de Resíduos Vegetais - REDTRIV, por meio de fotografias georreferenciadas conforme descrição a seguir:

7.15.3. Fotografia 1: Destaque do estado da área antes do início das atividades, mostrando endereço e horário;

7.15.4. Fotografia 2: Momento realização dos serviços, mostrando endereço e horário;

7.15.5. Fotografia 3: Destaque da área após o término dos serviços, mostrando endereço e horário;

7.15.6. Fotografia 4: Destaque da paisagem, inclusive do TICKET e depósito dos Resíduos Vegetais no VIVEIRO DE PLANTAS ORNAMENTAIS II, desta Companhia.

7.15.7. As fotografias tiradas diariamente deverão ser encaminhadas à Contratante também diariamente.

7.15.8. O Relatório fotográfico devem ser entregues em uma versão com tamanho original e outra em versão compactada em até 20 mb (*mega bites*).

7.15.9. **DA PLANILHA DE RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DE ORIGEM VEGETAL:**

7.15.10. A Contratada deverá registrar na Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal:

7.15.11. A placa dos veículos que efetuaram o recolhimento; o lote; as datas de recolhimento; os locais do recolhimento e o volume do material triturado em toneladas.

7.15.12. A Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal deverá ser entregue em arquivo PDF e em EXCEL.

7.15.13. A Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal devem ser entregues em uma versão com tamanho original e outra em versão compactada em até 20 mb (*mega bites*).

7.15.14. O Relatório fotográfico e a Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal serão partes integrantes e indispensáveis do processo de pagamento, sendo assim, a NÃO apresentação dos referidos documentos será fator impeditivo para processo de pagamento.

7.15.15. A Contratante entregará os modelos de Relatório Fotográfico e a Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal à Contratada. Somente a Contratante poderá alterar o modelo dos Relatórios.

7.15.16. O Relatório fotográfico e a Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal deverão ser assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA e pelo Fiscal/Executor da NOVACAP.

7.15.17. Se identificada alguma incoerência, no Relatório fotográfico e na Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal, a Contratante solicitará justificativa e a Contratante deverá fazer as devidas correções, se for o caso.

7.15.18. Após entrega do Relatório fotográfico e a Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal e, caso necessário, realizadas todas as correções, será efetuado o atesto da Nota Fiscal. Caso a CONTRATADA se negue a realizar a correção, o fato deverá ser, imediatamente, comunicado ao Executor do Contrato para as providências necessárias.

7.16. **DA FISCALIZAÇÃO :**

7.16.1. O Contrato será executado e fiscalizado pelo Departamento de Parques e Jardins da NOVACAP, por empregados designados por instrução interna. Estes empregados serão os responsáveis por acompanhar e verificar a execução dos serviços executados, receber e conferir os relatórios, notas fiscais e garantir os pagamentos de tributos e encargos sociais da CONTRATADA, relativos às exigências deste instrumento;

7.16.2. O Executor do Contrato verificará o cumprimento das condições estabelecidas neste Projeto. Em caso de constatação de condições diferentes daquelas impostas (não cumprimento, cumprimento parcial, cumprimento irregular ou insatisfatório), a NOVACAP notificará as falhas à CONTRATADA por meio eletrônico, que deverá acusar seu recebimento;

7.16.3. Na hipótese de recusa, por parte do representante legal da CONTRATADA, em receber a notificação, a NOVACAP atestará a recusa por meio de 03 (três) testemunhas e encaminhará a notificação, por carta registrada, ao endereço da empresa e a data de entrega constante no Aviso de Recebimento - AR dos Correios iniciará a contagem do prazo legal para apresentação de ampla defesa e contraditório.



7.16.4. Na situação de falhas notificadas, a CONTRATADA deverá providenciar a solução dos problemas apontados, seja refazendo os serviços ou sanando as condições destoantes, buscando evitar reincidência no mesmo tipo de irregularidade. Ficará, ainda, a cargo do Executor do Contrato designado, o repasse à CONTRATADA, de todas as reclamações recebidas dos cidadãos, para análise conjunta das providências, a fim de resolver as deficiências apontadas.

7.16.5. A fiscalização da NOVACAP deverá ter livre acesso aos locais de trabalho das equipes da CONTRATADA.

7.16.6. A fiscalização da NOVACAP não permitirá que as equipes executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas.

7.16.7. A fiscalização se reserva o direito de recusar os serviços executados que não atenderem às especificações estabelecidas pela NOVACAP.

7.16.8. A NOVACAP poderá recusar quaisquer materiais ou equipamentos quando entender que estes, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que o serviço esteja irregular.

7.16.9. Nas fiscalizações, por parte da Contratante, dos serviços de recolhimento, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal serão observados também o cumprimento do cronograma, a demanda de resíduos a ser recolhido, a natureza do resíduo a ser recolhido, a documentação a ser entregue pela contratada e demais condicionantes previstas no presente Termo de Referência.

## **8. DOCUMENTOS TÉCNICOS**

8.1. A documentação técnica que compõe este Termo de Referência e fará parte integrante do Contrato, valendo como se neste estivesse efetivamente transcrito, é composta dos documentos listados abaixo:

Doc. SEI/GDF 114691231 - Regulamento de Licitações e Contratos;

Doc. SEI/GDF 109041926 - Estudo Técnico Preliminar;

Doc. SEI/GDF 109069376 - Mapa de risco;

Doc. SEI/GDF 110765023 - Elementos Técnicos;

Doc. SEI/GDF 116794651 - Estimativa de Custo e Orçamento com Desoneração;

Doc. SEI/GDF 116794895 - Estimativa de Custo e Orçamento sem Desoneração;

Doc. SEI/GDF 116792205 - Cronograma físico financeiro com desoneração;

Doc. SEI/GDF 116792440 - Cronograma físico financeiro sem desoneração;

Doc. SEI/GDF 109079757 - Demonstrativo de BDI com Desoneração;

Doc. SEI/GDF 109079727 - Demonstrativo de BDI sem Desoneração;

Doc. SEI/GDF 110101090 - Parecer Jurídico

8.2. As especificações técnicas dispostas no presente termo e nos documentos listados no no item 8 "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deverão ser obrigatoriamente seguidas pela empresa CONTRATADA.

## **9. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES**

9.1. Os documentos técnicos relativos a esta contratação são compostos, de forma complementar, pelos documentos relacionados no item 8 "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deste Termo de Referência e anexos do Edital.

9.2. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

9.2.1. em caso de divergência entre as especificações técnicas dos documentos que compõem este Termo de Referência e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão estas últimas.

- 9.2.2. em caso de dúvidas quanto à interpretação das prescrições contidas nas especificações técnicas e nos documentos que compõem este Termo de Referência, serão consultados os autores dos documentos e a FISCALIZAÇÃO.
- 9.2.3. em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá sempre o último.
- 9.2.4. Para efeito de interpretação de divergências fica estabelecido que a CONTRATADA deverá consultar a NOVACAP

## 10. **CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS PELA CONTRATADA**

- 10.1. Antes da data de apresentação da proposta para prestação de serviço objeto do presente Termo de Referência a PROPONENTE deverá:
- 10.1.1. fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização das informações apresentadas nas especificações técnicas e nos demais documentos elencados no item 8 "DOCUMENTOS TÉCNICOS".
- 10.1.2. após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à DECOMP/DA/PRES/NOVACAP, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento do objeto a ser contratado.

## 11. **EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 11.1. A empresa licitante deverá comprovar Acervo Técnico de 25% do quantitativo total do(s) lote(s) licitado(s) arrematado(s), comprovando a experiência de execução de atividades, compatível com as características dos serviços do objeto a ser contratado.
- 11.2. A comprovação será feita mediante apresentação de Declaração/Atestado de Capacidade Técnica Operacional - CTO, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE ARREMATANTE prestou ou está prestando, com resultados satisfatórios.
- 11.3. É vedada a indicação da mesma Declaração/Atestado de Capacidade Técnica Operacional - CTO, como instrumento de garantia para mais de uma empresa PROPONENTE.
- 11.4. Ainda que o contrato a que se refere o atestado tenha sido executado por um consórcio de empresas, do qual a atual licitante tenha feito parte, a NOVACAP somente poderá considerar, para fins de qualificação no presente procedimento licitatório, as parcelas que efetivamente foram executadas pela empresa licitante.
- 11.5. A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 11.6. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a NOVACAP possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.
- 11.7. A NOVACAP se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.
- 11.8. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação.

## 12. **DAS PROPOSTAS**

- 12.1. Da apresentação da proposta:
- 12.1.1. A PROPONENTE deverá considerar, para efeito da elaboração de sua proposta de preço, que os respectivos quantitativos são aqueles apresentados no item 7 "DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, DOS VALORES E DO SERVIÇO" deste Termo de Referência. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item 18 "ALTERAÇÕES CONTRATUAIS" deste Termo de Referência.
- 12.1.2. Eventuais divergências detectadas pela PROPONENTE nos documentos elencados no item 8 "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deverão ser comunicadas a esta Companhia.
- 12.1.3. Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos elencados no item 8 "DOCUMENTOS TÉCNICOS" e anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões.

- 12.1.4. As licitantes deverão apresentar o Demonstrativo de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado na proposta, e este deverá estar em conformidade com o modelo fornecido pela NOVACAP (Doc. SEI/GDF 109078219), conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante, composto dos mesmos itens e calculado pela fórmula apresentada no modelo.
- 12.1.5. As licitantes deverão apresentar a composição de preço unitário do material no mesmo formato das apresentadas na Estimativa de Custo e Orçamento (Doc. SEI/GDF 109078219), nas seguintes condições:
- 12.1.5.1. A composição de preço unitário deverá expressar detalhadamente todos os insumos e serviços para sua formação – material e serviços associados, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, custos unitários e totais;
- 12.1.5.2. A composição de preço unitário deverá apresentar também os valores dos impostos incidentes no serviço e BDI;
- 12.1.5.3. A composição de preço unitário deverá estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na proposta da PROPONENTE;
- 12.1.5.4. O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP (por lote).
- 12.1.5.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua entrega.
- 12.2. Das regras das fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação: Serão seguidas as regras apresentadas no art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 12.3. Dos critérios de desclassificação das propostas:
- 12.3.1. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis;
- 12.3.2. Serão desclassificadas as propostas que descumpram especificações técnicas constantes do Edital;
- 12.3.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- 12.3.4. Serão desclassificadas as propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NOVACAP;
- 12.3.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;
- 12.3.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço unitário ou global superior ao estimado pela Novacap.
- 12.3.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço global simbólico, irrisório ou de valor igual a zero.
- 12.3.8. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário estiverem em desacordo com as disposições dos subitens 12.1.5.1, 12.1.5.2, 12.1.5.4 e 12.1.5.5.
- 12.3.9. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário apresentarem itens com custos unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta;
- 12.3.10. Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem Demonstrativo de BDI ou cujo Demonstrativo de BDI apresentado não estiver composto dos mesmos itens e/ou não estiver calculado pela fórmula apresentada no modelo fornecido pela Novacap (Doc. SEI/GDF 109078219).

### **13. PRAZOS, LOCAL E HORÁRIO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

- 13.4. Previamente à formalização da proposta vencedora, a PROPONENTE VENCEDORA deverá fornecer à NOVACAP as planilhas orçamentária por ela elaboradas, com todas as composições auxiliares, em meio eletrônico, nos formatos PDF e Excel, com o mesmo conteúdo daquele vencedor da licitação.
- 13.5. O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação.
- 13.6. Os contratos formalizados oriundos da Ata de Registro de Preço terão validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos por até 05 (cinco) anos.
- 13.7. Caberá à contratada, formalizar, no início do contrato, junto ao gestor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação para realização do pedido de material, por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta ou quaisquer outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente.
- 13.8. As condições para prorrogação de prazo dos contratos são as dispostas nos artigos 177 e 178 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 13.9. A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do Contrato ou respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

- 13.10. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua convocação. O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 13.11. Na hipótese de o convocado não comprovar manter as mesmas condições de habilitação ou se recusar, dentro do prazo de validade da Ata de registro de Preços, a assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, a NOVACAP deverá instaurar processo administrativo de apuração e convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas mesmas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
- 13.12. Não assinado o contrato pelo fornecedor registrado e não sendo possível a contratar os remanescentes, a NOVACAP revogará/cancelará a Ata de Registro de Preços.
- 13.13. Os serviços de coleta, transporte e trituração de resíduo de origem vegetal deverão ser executados das 07h às 17h.
- 13.14. O(s) serviço(s) de recolhimento de resíduo de origem vegetal poderá(ão) ser solicitado(s) inclusive em horários noturnos, nos finais de semana, pontos facultativos e feriados em casos de excepcionalidade.

#### 14. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- 14.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço contratado comprovadamente de primeira qualidade e que satisfaçam rigorosamente às condições estipuladas pelas Normas da ABNT, pela especificações técnicas descritas no presente Termo de Referência e demais documentos constantes no item 08 "DOCUMENTOS TÉCNICOS". Caso contrário, o serviço será recusado, ficando a contratada com o ônus da prestação do serviço executado recusado, transporte e quaisquer outros encargos existentes, não restando a esta Companhia nenhum débito com a CONTRATADA.
- 14.2. A execução e recebimento do serviço será acompanhado e fiscalizado pelo servidor da CONTRATANTE designado como fiscal do contrato.
- 14.3. A CONTRATADA deverá apresentar o Relatório Fotográfico e a Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal, conforme descrito no item 7 "DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, DOS VALORES E DO SERVIÇO".
- 14.4. Caberá à CONTRATADA, no início do contrato, formalizar, juntamente ao Gestor, meios de comunicação para a comunicação direta entre CONTRATADO E CONTRATANTE.
- 14.5. A CONTRATADA receberá do fiscal/executor as Ordens de Serviço/OS, com determinação dos locais de coleta e trituração dos resíduos.

#### 15. GARANTIAS E SEGUROS

- 15.1. **Será exigida da CONTRATADA garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato**, facultando-se à CONTRATADA a opção por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. Em caso de alteração do valor do contrato, o valor da garantia deverá ser atualizado, nas mesmas condições pactuadas originalmente.
- 15.2. Serão obedecidas as disposições dos artigos 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 e 166 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 15.3. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução do serviço contratado, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados ao serviço contratado, em quaisquer tipos de situações.

#### 16. PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 16.1. As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item, bem como o que for estabelecido no Edital e no Contrato.
- 16.2. **O Relatório Fotográfico e a Planilha de Recolhimento de Resíduos de Origem Vegetal** são partes integrantes do processo de pagamento, sendo assim, **o pagamento só será efetuado mediante apresentação destes documentos**.
- 16.3. Durante a execução do serviço de coleta, transporte e trituração de Resíduos de Origem Vegetal o executor e/ou fiscal do contrato observará o cumprimento das condicionantes estabelecidas no presente Termo e demais documentos elencados no item 08 "DOCUMENTOS TÉCNICOS", bem como utilizará o Índice de Medição de Resultado, exposto item 17 "ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO".
- 16.4. Caso identificado alguma inconsistência elencada no item 17 "ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO", haverá glosa no pagamento também conforme item 17 "ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO".
- 16.5. O serviço de recolhimento de resíduos de origem vegetal será remunerado por tonelada coletada, triturada e transportada ao Viveiro II da Novacap, mediante entrega de todos os documentos solicitados neste Termo de Referência e comprovação por meio de ticket de pesagem autenticados pela fiscalização da contratante.

16.6. Após aceitação do material por parte do fiscal do contrato e apresentação da documentação exigida no Edital e/ou Contrato, o pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, nas condições no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

16.7. Para fins de reajustamento do Contrato:

16.7.1. Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

16.7.2. O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 01 (um) ano, 12 (doze) meses, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, a partir da data-base de elaboração do Orçamento Estimativo da Novacap, SICRO/DNIT - OUTUBRO DE 2022, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 19/2017 - Plenário - em seu Item 9.5.1, utilizando-se os índices especificados, desde que a extensão no prazo de execução não tenha sido motivada por ações da CONTRATADA.

16.8. Para fins de equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

16.8.1. Poderá ser concedido a qualquer tempo conforme disposto no artigo 210 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

## 17. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

17.1. O Fiscal do Contrato irá fiscalizar/avaliar a qualquer momento a execução do serviço contratado observando os Índices de Medição de Resultado descritos na Tabela 01.

17.2. Cada item da tabela há um Índice que será multiplicado pela sua recorrência. O somatório da multiplicação do índice pela recorrência irá compor a pontuação final, conforme Tabela 01 - Índice de Medição de Resultado. A pontuação final por sua vez representará uma porcentagem de glosa no valor total da nota fiscal, conforme Tabela 02 - Glosa.

17.3. Se identificado qualquer inconsistência apontada na Tabela 01 deste item, será efetuada glosa no pagamento de acordo com o somatório dos Índices indicado na Tabela 02.

Item	Descrição do item	Índice	Recorrência (fator multiplicador)	Somatório dos índices
1	Recolhimento de material inapropriado	5	Número de ocasiões onde foi observado o item 1	Índice x recorrência
2	Ausência do uso da lona protetora	2	Número de ocasiões onde foi observado o item 2	Índice x recorrência
3	Veículos e mão de obra fora das exigências previstas neste Termo de Referência	2	Número de dias em que foi constatado o item 3	Índice x recorrência
4	Falta do uso de sinalização durante a execução de recolhimento e trituração dos resíduos de origem vegetal	1	Número de ocasiões em que foi constatado o item 4	Índice x recorrência
5	Descumprimento da programação devido a falta de funcionário e/ou veículo	2	Número de dias em que foi constatado o item 5	Índice x recorrência
6	Falta do uso dos adesivos ou o uso de adesivo fora de serviço à Novacap	2	Número de dias em que foi constatado o item 6	Índice x recorrência
Total				Pontuação final

Tabela 01 - Índice de Medição de Resultado

Pontos	Glosa (%)
1 - 5	5%
5 - 10	5% - 10%
10 - 15	10% - 20%
> 15	30%

Tabela 02 - Glosa

**18. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

- 18.1. Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação contratual, durante a celebração do contrato, não autorizada pela Diretoria de Urbanização.
- 18.2. Serão admitidos acréscimos e supressões, desde que esteja de acordo com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, e desde que a solicitação de acréscimo/supressão pela CONTRATADA não corresponda a um risco alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da própria CONTRATADA.
- 18.3. Todos e quaisquer pedidos de alterações do contrato ou da Nota de Empenho serão dirigidos à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

**19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 19.4. Receber o objeto no prazo se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 19.5. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do serviço de recolhimento, trituração e transporte de resíduos de origem vegetal em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- 19.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- 19.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.
- 19.8. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 20.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 20.1.1. A empresa CONTRATADA deverá arcar com os custos diretos e indiretos relativos à entrega dos Resíduos Vegetais no local, indicado pela NOVACAP, inclusive com todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidir sobre o objetivo desta licitação.
- 20.1.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como, exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 20.1.3. A CONTRATADA deve efetuar a execução dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e seus anexos. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo, o objeto mal executado imediatamente após o recebimento do comunicado.
- 20.1.4. A CONTRATADA será responsável por eventuais danos causados ao patrimônio público ou privado, às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da execução direta ou indireta dos serviços previstos no presente procedimento administrativo;
- 20.1.5. A CONTRATADA deverá fazer a sinalização de segurança em vias públicas para alertar motoristas e pedestres quanto da realização dos serviços.
- 20.1.6. A CONTRATADA deve cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre Segurança e Medicina do Trabalho.
- 20.1.7. A CONTRATADA não poderá subcontratar outra empresa para prestação de quaisquer serviços previstos objeto do Termo de Referência.

- 20.1.8. É responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das eventuais obrigações patronais previstas na legislação e/ou em acordos coletivos de trabalho.
- 20.1.9. Correrá por conta da CONTRATADA qualquer prejuízo causado durante a execução dos serviços, inclusive eventuais quebras de calçadas, que deverão ser REPARADAS no prazo máximo de 05 dias úteis sob pena de GLOSA ou RETENÇÃO dos valores e custos verificados pela Companhia.
- 20.1.10. É de responsabilidade da CONTRATADA, fornecer, às suas expensas, todos os materiais e insumos necessários à execução dos serviços e atendimento de seus funcionários na abrangência do objeto contratual.
- 20.1.11. É obrigatório por parte da CONTRATADA a manutenção de um responsável técnico com poder de decisão em contato com a NOVACAP para, sempre que necessário, resolver possíveis falhas na execução dos serviços.
- 20.1.12. Todos empregados deverão usar uniformes, conforme Termo de Referência, e EPIs completos e adequados para cada atividade do serviço executado, de modo que os mesmos se apresentem, diariamente, no melhor aspecto de higiene e limpeza possível, com crachá de identificação conforme estabelece as normas de segurança e saúde do trabalhador, do Ministério do e Emprego.
- 20.1.13. Efetuar a execução do serviço conforme especificações, no prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 20.1.14. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, com a devida comprovação e no prazo que anteceder a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para a execução do serviço.
- 20.1.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 20.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições fiscais da licitação;
- 20.1.17. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato;
- 20.1.18. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 20.1.19. O serviço deverá ser executado no prazo e no quantitativo conforme solicitado pelo gestor do contrato.
- 20.1.20. Fornecer a composição de custo/preço detalhada do produto em questão, conforme Especificação e atendendo o item 12 "DAS PROPOSTAS".
- 20.1.21. Formalizar, no início do contrato, junto ao gestor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, visando a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA para tratar da execução do serviço contratado.
- 20.1.22. Cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente das especificações técnicas, e respondendo por qualquer crime ambiental que venha a praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

## **21. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

- 21.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e aquelas previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 21.2. Os motivos para rescisão do contrato são os apresentados no Art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 21.3. Conforme o art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, a rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo: por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap; ou de forma amigável, por acordo entre as partes.
- 21.4. As consequências decorrentes de rescisão por ato unilateral da NOVACAP são as apresentadas no art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

## **22. DAS SANÇÕES**

- 22.1. Conforme o art. 251 ao 263 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:
- 22.1.1. As sanções aplicáveis pela NOVACAP na presente contratação são: advertência; multa; ou suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 22.1.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.
- 22.1.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

- 22.1.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.
- 22.1.5. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 22.1.6. O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 22.1.7. A advertência e a suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 22.1.8. O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 22.1.9. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.
- 22.1.10. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.
- 22.2. As sanções serão aplicadas conforme os procedimentos apresentados na SEÇÃO XIII do CAPÍTULO I do TÍTULO IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 22.2.1. Cabe à Diretoria de Urbanização a identificação do quantum das sanções a serem aplicadas.
- 22.3. Serão aplicadas multas nas seguintes situações, em consonância com o artigo 259 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:
- I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- IV- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa 95 parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- V – até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- 22.4. A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho sem prejuízo das penalidades previstas no item 21 "DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO" e de outras previstas em lei.

### 23. **EXIGÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

- 23.1. À luz da Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, e do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, para os contratos com valor global igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa a ser contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência de Programa de Integridade nos termos da Lei nº 6.112, de 2018. O descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.
- 23.2. Além da Declaração de existência de Programa de Integridade citada no subitem anterior, para celebração do contrato será exigida também a apresentação dos seguintes documentos pela empresa a ser contratada:
- 23.2.1. Relatório de Perfil, nos termos do Anexo I do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020;
- 23.2.2. Relatório de Conformidade do Programa, nos termos do Anexo II do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020.
- 23.3. Os serviços objeto deste Projeto Básico serão contratados conforme demanda.



## 24. RECURSOS E ARBITRAGENS

24.1. A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada, quanto a qualquer decisão do gestor ou do fiscal do contrato sobre assuntos não previstos no Termo de Referência ou no contrato de que faz parte.

## 25. SUBCONTRATAÇÃO

25.1. À CONTRATADA será permitida apenas a subcontratação do Sistema de pesagem embarcada, do Sistema de Gerenciamento de Frota e pacote de dados para telefone.

25.2. Para subcontratação deverão ser observados o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (109041926) e demais dispositivos legais pertinentes.

## 26. MATRIZ DE RISCOS

26.1. o MAPA DE RISCOS foi elaborado à partir dos 4 (quatro) eixos a seguir:

26.1.1. **EIXO I - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:** listagem dos possíveis eventos, suas causas e suas consequências (Estudos Preliminares, Minutas, Documento de Oficialização de Demanda), bem como, ANÁLISES DAS PROBABILIDADES de suas ocorrências e os devidos PLANOS DE CONTINGÊNCIAS, adequados para solucioná-los;

26.1.2. **EIXO II - PROCESSO LICITATÓRIO:** listagem dos possíveis eventos, suas causas e suas consequências (Interposição de Recursos. Fracasso, Ausência de Interessados e Judicialização), bem como, ANÁLISES DAS PROBABILIDADES de suas ocorrências e os devidos PLANOS DE CONTINGÊNCIAS, adequados para solucioná-los;

26.1.3. **EIXO III - CONTRATAÇÃO:** listagem dos possíveis eventos, suas causas e suas consequências (atraso na assinatura da Ata ou Contrato, no recolhimento da Garantia e ausência de regularidade fiscal), bem como, ANÁLISES DAS PROBABILIDADES de suas ocorrências e os devidos PLANOS DE CONTINGÊNCIAS, adequados para solucioná-los;

26.1.4. **EIXO IV - EXECUÇÃO CONTRATUAL:** listagem dos possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, suas causas e suas consequências, abrangendo eventos de responsabilidade da CONTRATANTE e da CONTRATADA, bem como, ANÁLISES DAS PROBABILIDADES de suas ocorrências e os devidos PLANOS DE CONTINGÊNCIAS, adequados para solucioná-los;

26.2. Destaca-se ainda, que o referido documento SEI 109069376, foi elaborado com base nos parâmetros existentes no Planejamento Estratégico da Companhia, visando obter a repartição dos riscos entre as partes, dos eventos relacionados à eventos supervenientes à contratação, inclusive aqueles decorrentes de caso fortuito, força maior, fato do príncipe, de ato da administração ou outras interferências imprevistas.

26.3. O aludido documento sugere algumas medidas de responsabilidade da ALTA GESTÃO, bem como, de outras áreas da Companhia que, smj, deverão ser objeto de análise quanto à conveniência e oportunidade tendo em vista as responsabilizações ali elencadas.

## 27. BIBLIOGRAFIA

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 1995. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Art. 28 estabelece reajuste anual para contratos. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9069.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. Instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12440.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12440.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.640, de 15 de setembro de 2011. Estabelece procedimento a ser adotado por fornecedores de bens e serviços e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69366/Lei\\_4640\\_15\\_09\\_2011.html#:~:text=Lei%204640%20de%2015%2F09%2F2011&text=Estabelece%20procediment](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69366/Lei_4640_15_09_2011.html#:~:text=Lei%204640%20de%2015%2F09%2F2011&text=Estabelece%20procediment) em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto\\_35592\\_02\\_07\\_2014.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html). (acesso em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 35.592, de 2 de julho de 2014. Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto\\_35592\\_02\\_07\\_2014.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html). (acesso em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil),** Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Unidade de Administração Geral. Cartilha do Executor de Contrato / [Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010. Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título](http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf) Disponibilizado em: [http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual\\_Suag\\_cartilha-executor.pdf](http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf) (acesso em 18/03/2021).

**NOVACAP,** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Regulamento de Licitações e Contratos. Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Novacap, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020. Disponibilizado em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 18/03/2021).

**TCDF,** Tribunal de Contas do Distrito Federal. Decisão Normativa nº 02/2012, de 30 de outubro de 2012. Adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal. Disponibilizado em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis\\_o\\_Normativa\\_2\\_30\\_10\\_2012.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis_o_Normativa_2_30_10_2012.html) (acesso em: 18/03/2021).

**TCU,** Tribunal de Contas da União. Acórdão Nº 19/2017 – TCU – Plenário. Disponibilizado em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\\*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2246198/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2246198/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse) (acesso em 29/06/2021).

**TCU,** Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 1.502/2018, de 30 de outubro de 2012. Dispõe que sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória. Disponibilizado em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordaocompleto/acord%25C3%25A3o%25201502%252F2018/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520> (acesso em: 18/03/2021).

Elaborado por:

Luiza Fernandes Gomes Monteiro  
Matrícula: 973.536-4

De acordo com as informações deste Projeto Básico:

Maureny Correia da Silva	Raimundo Oliveira Silva
Chefe da DIMAVE	Chefe do DPJ
Matrícula: 74086-1	Matrícula: 73772-0



Documento assinado eletronicamente por **MAURENY CORREIA DA SILVA - Matr.0074086-1, Chefe da Divisão de Manutenção de Áreas Verdes**, em 05/07/2023, às 10:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZA FERNANDES GOMES MONTEIRO - Matr.0973536-4, Assessor(a)**, em 05/07/2023, às 10:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO OLIVEIRA SILVA - Matr.0073772-0, Chefe do Departamento de Parques e Jardins**, em 05/07/2023, às 17:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **116840389** código CRC= **9189F0D2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2460